

RECOMENDAÇÕES PARA O PROGRAMA CAMINHO VERDE BRASIL

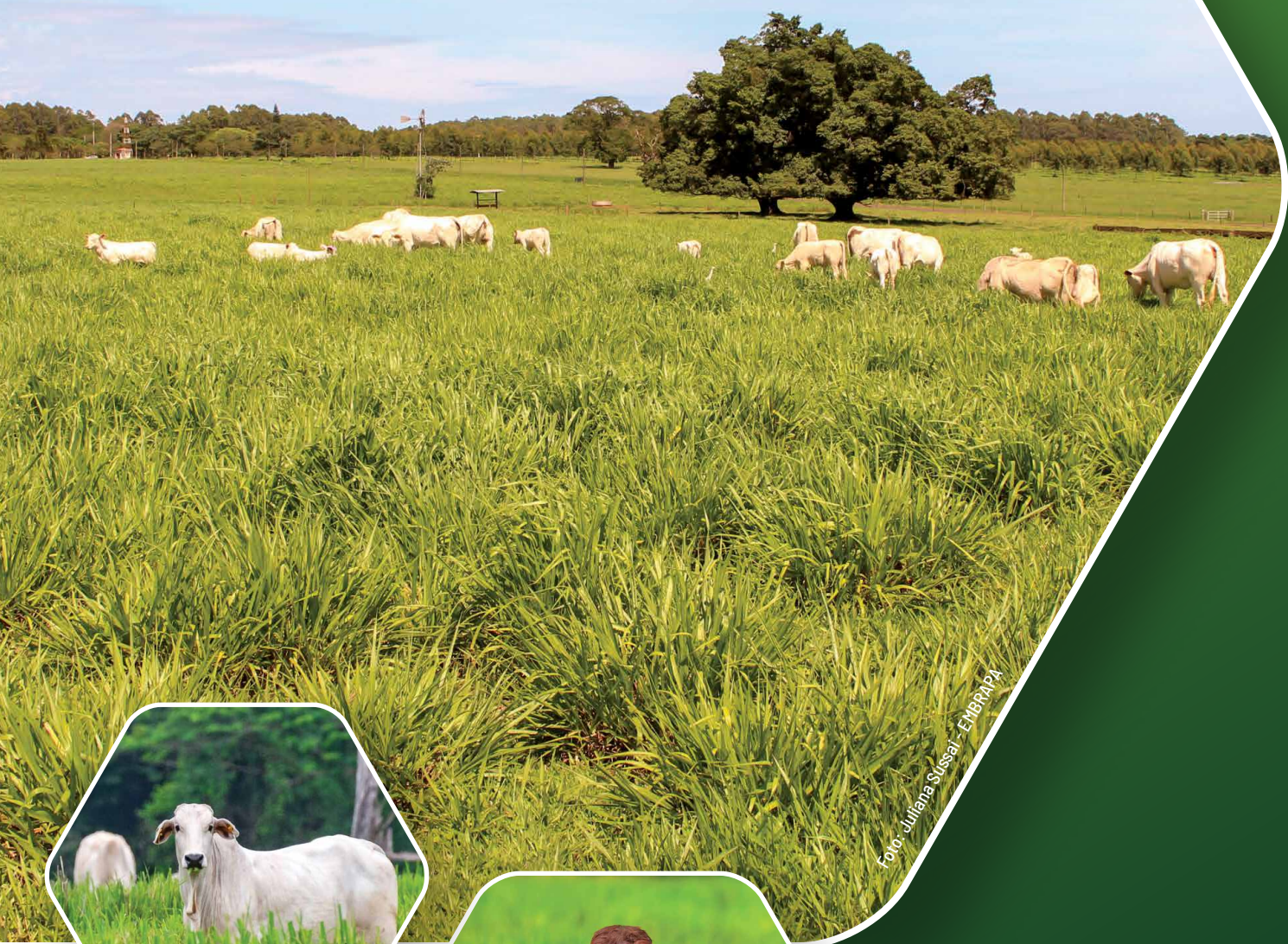


Foto: Juliana Süsser - EMBRAPA



Mesa Brasileira da
Pecuária Sustentável



CONTEXTO

O Governo Federal lançou o Programa Nacional de Conversão de Pastagens Degradadas (PNCPD), criado pelo Decreto nº 11.815/2023, também referido como “Caminho Verde Brasil” a partir de abril de 2025, e tem como meta a recuperação de até 40 milhões de hectares de pastagens de baixa produtividade ao longo dos próximos dez anos, convertendo essas áreas em terras agricultáveis de alto rendimento, sem a necessidade de desmatamento. A proposta parte do entendimento de que a recuperação de pastagens é um pilar estratégico para reduzir emissões de gases de efeito estufa, melhorar a eficiência produtiva e conter a expansão sobre novas fronteiras.

Como representante multissetorial da cadeia da carne bovina, a Mesa Brasileira da Pecuária Sustentável (MBPS) foi demandada, pelos seus próprios associados, a avaliar em que medida o Caminho Verde endereça desafios reais do produtor pecuarista e de que forma essa política pública pode ser fortalecida para garantir escala, integridade ambiental e viabilidade econômica para quem está na ponta.

Entre os temas considerados prioritários estão: (i) acesso efetivo a crédito e assistência técnica, inclusive para pequenos e médios produtores; (ii) clareza operacional sobre critérios técnicos e elegibilidade; (iii) governança e continuidade dos incentivos ao longo do tempo; e (iv) mecanismos que habilitem a colaboração entre produtores e compradores, inclusive via instrumentos de carbono e metas de descarbonização da cadeia (escopo 3).

Nesse sentido, o Grupo de Trabalho de Terra (GT de Terra) da MBPS consolidou um conjunto de recomendações para subsidiar o diálogo com governo, financiadores e demais atores da cadeia. As contribuições do GT reconhecem publicamente o avanço conceitual do Programa, mas também apontam ajustes necessários para que o programa seja exequível em escala, transparente quanto aos critérios, e inclusivo para diferentes perfis de produtores, evitando a concentração dos benefícios apenas em grandes propriedades.

O objetivo deste documento é apresentar recomendações da MBPS ao Caminho Verde que beneficiem o produtor pecuarista, facilitando o acesso a crédito e incentivos para recuperação de pastagens, com critérios operacionais claros e inclusão de diferentes perfis de produtores.

SOBRE ESTE DOCUMENTO

Este documento apresenta



Pontos positivos já identificados no desenho do Programa Caminho Verde Brasil;



Riscos, lacunas e fragilidades operacionais que podem comprometer sua implementação;



Diretrizes de posicionamento recomendadas pela MBPS, incluindo propostas de apoio, de aprimoramento da governança e de inclusão de instrumentos de financiamento climático (por exemplo, cooperação produtor-comprador via escopo 3 / insetting);



Também propõe que o GT de Terra desenvolva um guia para produtores acessarem linhas de crédito e benefícios relacionado à recuperação de pastagens degradadas.



PRÓXIMO PASSO

Este documento irá orientar a atuação da Mesa Brasileira da Pecuária Sustentável perante governo e parceiros no diálogo sobre o Programa Caminho Verde Brasil, bem como a produção de materiais de suporte ao produtor.

RECOMENDAÇÕES



1. PONTOS POSITIVOS

Compromisso com produção sem desmatamento

A meta central de “aumentar a produtividade sem desmatamento” foi amplamente reconhecida como um avanço relevante tanto para o setor pecuário quanto para os compromissos ambientais do Brasil.

Potencial de impacto ambiental e produtivo

A recuperação de pastagens é vista como um pilar estratégico para a transição sustentável da pecuária brasileira. Além de promover a intensificação da produção de forma responsável, essa ação contribui para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE) e melhora o uso da terra, reduzindo a lacuna de eficiência produtiva.

Alinhamento com metas climáticas e uso da terra

A política se conecta diretamente com as metas da NDC e com programas como o ABC+. Direcionar áreas degradadas para conversão agrícola ou regeneração natural evita a abertura de novas fronteiras e fortalece a resiliência climática.

Reconhecimento da importância de apoio governamental

O envolvimento do governo federal, especialmente por meio do MAPA e do Comitê Interministerial, foi bem recebido. Há valorização da intenção de estruturar uma política robusta, com acesso a financiamento adequado (juros, prazos, incentivos) e governança mais integrada.

Mobilização de financiamento climático privado

Existem diversos instrumentos de carbono que podem alavancar o carbono sequestrado no solo em pastagens manejadas, incluindo créditos de carbono e a descarbonização da cadeia de suprimentos. Para esta última (também chamada de insetting, mitigação dentro da cadeia de valor ou escopo 3), é importante haver sistemas que permitam o reconhecimento dessas remoções de carbono nos inventários corporativos de GEE. O uso de escopo 3 permite que compradores colaborem com produtores na recuperação de pastagens, reivindicando os benefícios de carbono de forma alinhada às suas metas corporativas.

Instituir uma trilha de colaboração produtor-comprador baseada em insetting (escopo 3) e créditos de carbono, habilitando que compradores (inclusive internacionais) cofinanciem a recuperação de pastagens degradadas e reconheçam as remoções de carbono do solo em seus inventários corporativos, mediante critérios de integridade e transparência.



2. RISCOS, LACUNAS E FRAGILIDADES IDENTIFICADAS

Falta de clareza operacional e critérios técnicos

Diversos participantes apontaram que termos como “boas práticas agropecuárias sustentáveis” e “pastagens degradadas” ainda carecem de definição clara. A ausência de parâmetros técnicos e geográficos – espacial e temporal – pode comprometer a implementação e criar distorções. Também há preocupação com a ausência de critérios realistas e verificáveis para emissões de carbono, o que pode dificultar a mensuração de resultados.

Acesso desigual e risco de exclusão de pequenos produtores

Há receio de que o acesso às linhas de apoio fique concentrado em grandes produtorres, excluindo propriedades menores (até 100 hectares), que representam parte significativa dos estabelecimentos pecuários no Brasil. Segundo dados do MAPA, 36% da área identificada como potencial para recuperação está nesse perfil fundiário



Déficit de clareza sobre instrumentos de implementação

Ainda faltam detalhes sobre como se dará a operacionalização do programa – incluindo definições sobre benefícios concretos, regras de adesão, assistência técnica e linhas de crédito. Há preocupação com exigências severas, como o compromisso de manter a terra sob uso específico por 10 anos, o que pode gerar insegurança jurídica, restringir sucessão familiar e comprometer a flexibilidade produtiva.

Capacidade logística e técnica insuficiente

Questionamentos surgiram quanto à viabilidade logística e operacional para recuperar 40 milhões de hectares. Foram mencionadas dificuldades relacionadas à disponibilidade de insumos (Ex.: calcário), estrutura de mercado, assistência técnica e mecanismos de monitoramento.

Contabilidade e reconhecimento de remoções do solo

Ausência de regras e sistemas para o reconhecimento de remoções de carbono no solo em inventários pode travar a colaboração com compradores, elevar risco de greenwashing e desincentivar o cofinanciamento privado.



3. DIRETRIZES PARA POSICIONAMENTO INSTITUCIONAL DA MBPS

Apoiar com ajustes técnicos e operacionais

A MBPS pode se posicionar como aliada da agenda do Caminho Verde, mas com ênfase na necessidade de ajustes técnicos, operacionais e de governança. A integração com políticas públicas já existentes (Plano Safra, ABC+, CAR etc.) é vista como um caminho estruturante para garantir escala e efetividade.

A assistência técnica seria um instrumento essencial para garantir que a recuperação ou conversão das pastagens seja bem-sucedida a longo prazo.

Inclusão de pequenos e médios produtores

É essencial priorizar o acesso de pequenos e médios produtores ao crédito, à assistência técnica e às oportunidades geradas pelo programa e que de alguma forma o critério dos 100ha seja revisado no decorrer da aplicação do programa - MBPS tem a oportunidade de atuar para que isso aconteça no futuro.

Financiamento climático e instrumentos de carbono para recuperação de pastagens

Alavancar e incluir instrumentos de carbono (créditos e descarbonização da cadeia de suprimentos/insetting, também chamado escopo 3), promovendo colaboração na cadeia e viabilizar que compradores internacionais cofinanciem a recuperação de pastagens degradadas e possam reconhecer as remoções de carbono do solo em seus inventários corporativos de GEE.

4. PRODUÇÃO DE GUIA TÉCNICO PARA PRODUTORES

O GT de Terra da Mesa se dispõe a elaborar um guia sobre o tema da recuperação de pastagens degradadas, a ser apresentado aos tomadores de decisão como referência para o aprimoramento do PNCPD/Caminho Verde e de futuras iniciativas nessa agenda.

Esse guia irá abranger:

- **Buscar clareza nos critérios técnicos e mecanismos de validação:** A definição das práticas elegíveis, áreas recuperáveis e critérios de sustentabilidade é essencial para garantir integridade, evitar distorções e promover transparência, assim como quais critérios serão monitorados e como esse monitoramento será realizado.
- **Instrumentos de apoio ao produtor:** É recomendável propor mecanismos de crédito acessível, incentivos diretos (financeiros e técnicos) e capacitação dos produtores. Também é necessário já definir como será garantido que haja continuidade de incentivos para produtores que aderirem, tendo acesso ao benefício do crédito com as mesmas condições para a manutenção da área durante todo o processo de recuperação ou conversão.
- **Governança participativa:** O fortalecimento da governança é um dos pontos-chave. Recomenda-se a criação de espaços de escuta técnica permanente com representantes do setor produtivo e da sociedade civil, promovendo diálogo contínuo e melhoria constante da política - a Mesa deve estar nesses fóruns.
- Incluir diretrizes de contabilidade de remoções de carbono no solo e condições para seu eventual reconhecimento em inventários corporativos (escopo 3/insetting. Mapear instrumentos de carbono (p. ex., créditos e programas de insetting) como fonte complementar de financiamento para recuperação de pastagens, priorizando soluções simples e custos de transação reduzidos.





**Mesa Brasileira da
Pecuária Sustentável**

Saiba mais em:
www.pecuariasustentavel.org.br
Aponte a câmera para o QR Code

